# A NARRATIVA DA GUERRA EM MICHEL FOUCAULT

ANDRE Marcos Pereira[1]

## RESUMO

No transcurso secular moderno, a guerra tem permeado a construção de sistemas históricos muito distintos. Michel Foucault, ao proferir seus cursos no *College de France* (1976-1984) reivindica a necessidade de qualifacá-la como sujeito e não como consequência histórica. Nesse sentido, a guerra seria responsável diretamente pela instituição da ordem nacional moderna. O autor inverte o aforisma de Clausewitz "A guerra é a continuação da política por outros meios" e empreende uma análise criteriosa do discurso de soberania formulado por *Hobbes* no séc. XVII, segundo a qual a função do Estado é pacificar a sociedade; deslocar a guerra para as fronteiras nacionais e manter a soberania. Foucault, procura atingir seu objetivo veiculando a política como continuação da guerra, e não o contrário, haja vista a permanente relação de conflitos (sendo estes de diferentes naturezas) que subsistem entre os Estados Nacionais ao longo do transcurso moderno. É, precisamente, nessa relação dialética que a paz continua a fazer surdamente a guerra, ou seja, as instituições de ordem e os discursos históricos da soberania são, assim como o Estado, consequências diretas da guerra. Ressalta-se, a título de finalização, que todo o esforço hermenêutico do autor foi efetuado no sentido de restituir à guerra, a sua condição de sujeitividade, afeita especificamente, aos estudos de História Política.

**Palavras-Chave:** Guerra; Narrativa; História.

## ABSTRACT

In the modern secular course of time, the war has permeated the developmient of very different historical systems. Michel Foucault, by

---

[1] Mestre em História e Professor de História no Colégio Militar de Belo Horizonte.

making his speeches at *College de France* (1976-1984), claims the need of regardingit rather a subject than a historical consequence. Thus, the war would be directly responsible for the establishment of the modern national order. The author inverts Clausewitz's aphorism: "The war is the continuation of politics through other means", and undertakes a judicious analysis of the speech of sovereignty made by Hobbes in the 17th century, according to whom the function of the state is to pacify the society, displace the war to the national boundaries, and maintain the sovereignty. Foucault tries to reach his target by diffusing politics as a continuation of the war, and not the contrary, as shown by permanent conflicting relationships (as for these conflicts of different sorts) which subsist among the national States along the modern course of time. Actually, it's in that dialectical relationship that peace continues making war secretly, that is, the establishment of order and the historical speeches of sovereignty, as well as the State, are direct consequences of the war. It's highlighted, on pretence of finishing, that the entire author's hermeneutic effort was made in a sense of restoring to war its condition of subject, specifically accustomed to the studying of Political History.

**Keywords**: War; Narrative; History.

## INTRODUÇÃO

A presente seção tem por finalidade contextualizar, historicamente, o tema em estudo, abordar os conceitos foucaultianos envolvidos na problemática da guerra, e apresentar as justificativas para a realização do trabalho, bem como destacar os fundamentos que a pesquisa pretende apresentar para a evolução da concepção teórica da História Militar.

### Tema

A Narrativa da Guerra em Michel Foucault.

## Problema

A História Militar é uma disciplina dinâmica que sofre evolução constante. Nesse sentido, o conhecimento do contínuo histórico da Guerra, concebido como mecanismo de poder, desperta-nos para um léxico teórico que necessita ser considerado no âmbito teórico dos estudos de História Militar.

## Antecedentes do Problema

Embora os estudos da História Política tenham, desde o século XIX, devotado uma preocupação fundamental com o papel desempenhado pela guerra ao longo da História do ocidente, somente a partir dos anos setenta (século XX) é que se pôde buscar nesta última, uma matriz teórica capaz de veiculá-la a uma forma expressa de narrativa histórica e politicamente continuada.

Segundo René Remond (1997) a História Política foi secularmente vitimada pelas incrustações positivistas e historicistas que imprimiram à guerra um fundamento eventual e passageiro, cujos limites narrativos esgotavam-se na soberania do Estado. Nessa mesma esteira, Michel Foucault (1989), invertendo o aforisma de Clausewitz, afirma que *a política é a continuação da guerra por outros meios* e não o contrário, conforme escrevera Clausewitz um século antes de Foucault.

Obviamente, essa visão da guerra como narrativa histórica permanente, continuada no viés da política ou de outras formas tácitas de luta, eleva-a à condição de sujeito histórico, ou como salientado pelo próprio Michel Foucault (1989), à necessidade de veiculá-la como matriz teórica no estudo dos fenômenos Histórico-políticos.

Tal análise foi, durante as últimas décadas, amplamente contestada pelos espectros do pensamento histórico ocidental, destacando-se nesse contexto: a História Nova, o neopositivismo e a História fundamentada nas chamadas metanarrativas, sejam estas últimas hegelianas, estruturalistas ou afins.

Recentemente, tais problemáticas têm chegado às universidades e aos veios científicos de uma forma mais efetiva. Nesse sentido, a

guerra passa a ser vista como uma matriz histórica a partir da qual se delineia a política, o direito moderno e, de uma forma geral, todas as relações de poder que trespassam o Estado moderno.

## Formulação do Problema

Com base na revisão da literatura, o presente trabalho propõe-se a investigar o seguinte problema: Que fundamentos teóricos legitimam a guerra como a política continuada por outros meios?

## Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo analisar a literatura disponível de Michel Foucault sobre o tema, de forma a consubstanciar um estudo sucinto sobre a problemática histórica da guerra levantada por esse autor.

## Questões de Estudo

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, foram elencadas as seguintes questões de estudo:

Quais as diferenças bilaterais entre o pensamento de Hobbes/Clausewitz e a análise foucaultiana?

Quais as diferenças essenciais entre as matrizes historicistas e a problemática foucaultiana?

Como estimular o reconhecimento da importância da guerra, como narrativa, por parte dos estudiosos da História Militar.

## Justificativa

A História Militar necessita de uma teorização capaz de transcender as descrições dos fatos, bem como precisa modificar e/ou modernizar seus objetos de estudo. Dessa forma, antes de se estudar as batalhas ou mesmo a guerra em um sentido *latu*, torna-se necessário compreender o que estas significam para a determinação dos processos históricos.

É necessário, assim, compreender a História como um fluxo dinâmico (DERRIDA 2001), mediado por relações de força nas quais a guerra e a política se entrelaçam, sendo capazes de determinar o curso e a própria existência histórica do estado nacional.

Cumpre, desse modo, lembrar que a guerra, a política e o próprio Estado são atividades e organismos bilaterais em si mesmos (FOUCAULT 1989). É, precipuamente, nessa bilateralidade que reside a intrínseca relação entre a guerra e sua atividade continuadora, ou seja: a política. Compreender esse fundamento teórico e justificá-lo, no plano da História Política, significa colocar-se também em harmonia com as mais recentes abordagens teóricas que atingem o instante contemporâneo.

## Contribuição

Além de ter integrado o arcabouço teórico-conceitual de minha dissertação de mestrado e de uma série de artigos; de uma futura tese de doutoramento bem como de uma especialização continuada, a maior contribuição desse trabalho situa-se no desejo (e na necessidade) de se elencar e de teorizar-se acerca da doutrina ligada à disciplina História Militar.

Nesse sentido, a construção de uma hermenêutica relacionada à guerra, alicerçada em uma sólida epistemologia do termo pode, invariavelmente, ser buscada, a partir da profusão de artigos científicos, bem como de outros trabalhos orientados nos limites dessa preocupação.

# DESENVOLVIMENTO

## Metodologia

Para a elucidação dos resultados, foi utilizado o método de abordagem dialética, haja vista tratar-se de um tema eminentemente teórico, próprio da História política. A pesquisa descritiva, quanto ao seu objetivo geral, pode ser classificada como explicatória. Nesse sentido uma pesquisa bibliográfica criteriosa, observado o viés temático e sua fidedignidade com as abordagens teóricas postas pelos

autores visitados, constitui-se em fator essencial à solução do problema.

## Apresentação dos Resultados

### A Permanência do Historicismo

Após a revisão da literatura, destinada a elucidação do arcabouço teórico da guerra, a partir das matrizes foucaultianas, foi possível constatar-se a existência de uma lacuna histórica considerável. Tal lacuna situa-se entre a problemática da guerra (entendida no sentido foucaultiano como sujeito histórico determinante) e sua veiculação na História Política como discurso do vencedor, ou seja, um discurso que se pode qualificar como historicista[2].

A partir da definição foucaultiana de *episteme*[3], pode-se situar o Historicismo como a tradição das nacionalidades e de seus ícones (heróis, mártires, batalhas, etc), identificados em sua origem com a guerra e com a perpetuação do Estado, no seio de suas histórias. Em linhas gerais, isso significa que o Historicismo constitui-se no domínio da História pelo Estado, pois, em sua gênese, situa-se a vontade de sua auto-perpetuação.

Dessa forma, constata-se, como primeiro resultado, que a matriz teórica do Historicismo têm sido determinante no momento de empreender-se uma análise histórico-historiográfica, quer tal análise repouse sobre a guerra ou sobre a prática da História militar.

Convém lembrar que o Historicismo constitui-se no prolongamento de uma série de discursos históricos, responsáveis pela

---

[2] Historicismo é a corrente histórico-filosófica profundamente identificada com a construção das nacionalidades. Seus maiores expoentes são os alemães Hegel e Dilthey. Sua maior expressão ocorreu na Segunda metade do séc XIX, momento das chamadas unificações européias tardias (Alemanha e Itália). Constitui-se em uma tradição enraizada na prática histórica-historiográfica pois vem legitimar no nível histórico-filosófico o mesmo ideal do Romantismo, qual seja, a proclamação do Estado como sujeito eterno e não como sujeito histórico eventual, possível de transformar-se ou desaparecer no próprio tempo.

[3] Segundo Foucault (1976), *episteme* significa o alicerce comum a uma determinada forma de saber.

construção de um contexto muito maior, qual seja, a modernidade em si mesma. Dessa forma, pode-se afirmar que o Historicismo enquanto história das nacionalidades constitui-se no prolongamento das teorias de *Hobbes* (Sec XVII) e de Clausewitz (Sec XIX). Os discursos encontrados em Hobbes, Clausewitz e nas centralidades historicistas harmonizam-se com a construção do sujeito moderno. Esse sujeito (observados os pressupostos historicistas, hobbesianos e clausewitzianos referentes à guerra) é o próprio Estado Nacional Moderno. No caso de *Hobbes*, trata-se do Estado da Ordem, do pacificador da guerra e do mantenedor da soberania. No caso de Clausewitz (1996), partindo de seu aforismo clássico: *A política é a continuação da guerra por outros meios*, percebe-se que o discurso da soberania do Estado continua a nortear as tradições de historiadores em uma época onde o historicismo ditava as regras. Nesse sentido, constata-se mais uma vez que a guerra, mesmo sendo vista como fato possível, justificadora da existência do Estado Nacional, dadas as possíveis ameaças, não figura como sujeito histórico, vindo a repousar em um plano inferior ao da política. É precisamente, nesse contínuo histórico que percebe-se a intrínseca relação de continuidade entre o pensamento de Hobbes → Clausewitz e as centralidades historicistas.

Tais analogias, entretanto, só encontram sentido na medida em que esse sujeito (Estado) origina-se no alvorecer da modernidade, isto é, dos tempos modernos; necessitando, portanto, perpetuar-se no veio histórico (Historicismo) de forma a garantir a sua longevidade.

## A Abordagem Foucaultiana da Guerra

Observa-se que o objetivo de Foucault, antes de inverter todo o arcabouço histórico cronologicamente situado em Hobbes, Clausewitz e o historicismo é restituir à guerra o seu papel de sujeito histórico. No caso, essa condição foi usurpada pelo Estado, deixando a guerra em sua condição de barbárie absoluta. Em um determinado momento de sua obra, esse autor (1989), ao reclamar a sujeitividade da guerra afirma (p. 54): [...] *Quem enxergou a guerra como filigrana da paz; quem procurou, no barulho da confusão da guerra, quem procurou na lama das batalhas, o princípio de inteligibilidade da ordem, do Estado, de*

*suas instituições e de sua história?*

Destaca-se, entretanto, que essa afirmação, apesar de possuir um tom exclamativo, denota o esforço do autor em alertar seus leitores sobre o objeto de sua problemática. Nesse sentido, verifica-se que, antes de se tratar de uma colocação apaixonada, o autor tem o cuidado de fundamentar suas observações através de uma erudição incontestável.

Tal erudição (salientada aqui de forma bastante sintetizada) está vinculada às transformações sociais ocorridas no alvorecer dos tempos modernos. Segundo o autor, a guerra, além de ter implicação direta no surgimento dos Estados Nacionais, passa a ser uma atividade cada vez mais profissional e cada vez mais técnica[4]. Gradualmente, ela é deslocada para as fronteiras, deixando de constituir-se em fenômeno local, de prerrogativas individuais ou inter-pessoais.

O paradoxo dessa transformação, entretanto é a emergência de um novo discurso, completamente distinto do discurso filosófico-jurídico que o precedeu. Trata-se do discurso histórico-político. Isso significa dizer, *a priori*, que a relação entre História e Política constitui-se em um todo orgânico, indissociável; uma matriz dialética e, ao mesmo tempo uma definição da História, a partir de suas matrizes políticas. Nessa conexão, a política é vista como desdobramento da própria guerra, isto é, (...) *como fundamento indelével de todas as relações e das istituições de poder* (1989 p. 53).

A política, no início da modernidade, passa a constituir-se não somente em categoria científica que luta, incansavelmente, por desvincular-se de suas matrizes religiosas e, conseqüentemente, por afirmar-se sobre uma prática de saber secular. Essencialmente, essa nova forma de se conceber a política vêm atrelar-se a uma forma manifesta de poder, ou seja um poder engendrado pela própria guerra e que se traduz na concentração, pelo Estado Nacional Moderno, do exercício da força.

---

[4] [...] *A guerra tendeu a se tornar uma atribuição profissional e ténica de um aparelho militar ciosamente definido e controlado. Foi em linhas gerais, o aparecimento do exército como instituição, que, no fundo, não existia como tal na idade média. É somente na saída da Idade Média que se vê emergir um Estado dotado de instituições militares que vieram substituir a prática cotidiana, global da guerra.*

A transição do discurso filosófico-jurídico para o discurso histórico-político, tomada a História em sua brevidade, marca singularmente a transição das formas expressas do poder senhorial (feudal) para o poder do Estado. É a partir dessa transição, notadamente da retomada da política como categoria moderna (secular), institucionalizada no veio científico, identificada como instrumento de poder que o termo "política" passa a ser empregado também como "poder político", significando, *ipsu factu*[5] a concentração e exercício da força. Nesse caso, somente o Estado nacional moderno pode concentrá-la, vindo a reprimir qualquer outra categoria social que a reivindique. Podemos assim, perceber a validade da narrativa foucaultiana, aplicando-a às contínuas lutas da nobreza contra o Estado, lutas estas travadas de forma direta (como no caso das Frondas – revoltas da nobreza francesas, ocorridas durante a regência do cardeal Mazzarino) como também de forma indireta, através de uma série de embates jurídicos devotados à restituição do poder de estado ao poder senhorial.

Ao se retomarem as definições do historiador inglês Perry Anderson (1984), percebe-se, nitidamente, a composição da estrutura de poder implementada pelo Estado nacional. Nesse processo, todo o exercício político (da força) e toda a forma de controle estatal repousam sobre quatro elementos vitais: Exército, burocracia, diplomacia e, no caso do Estado absolutista a dinastia.

O Exército, significa, em sua forma pura, a concentração do direito de fazer-se a guerra; a burocracia, emerge tanto da necessidade de administrar sua estrutura orgânica quanto de instituir-se a Lei em moldes seculares; a diplomacia, serve como imperativo para exemplificar a continuidade da guerra por outros meios ou como instrumento diplomático puro, necessário à administração da permanente relação de conflitos que subjazem aos Estados nacionais. A dinastia, para finalizar, remonta aos estamentos senhoriais, uma vez que

---

[5] Ressalta-se que o significado de política aplicado nessa época (séc XVI e XVII) era especificamente o de Hobbes, ou seja, do exercício da coerção. Apenas no final desse mesmo século e no decurso posterior é que a política passa a abarcar outros conceitos. P. ex: o conceito liberal-burguês, baseado na idéia de política como ação ou conduta individual voltada para a realização do bem comum.

essa primeira forma de Estado moderno (absolutista) ainda se identificava com a tradição e com a simbologia senhorial. Verifica-se, assim, que a guerra foi disciplinada, assentada na estrutura orgânica do Estado.

Entretanto, seguindo o pressuposto narrativo de que o Estado continua a fazê-la, surdamente, Michel Foucault faz menção às contínuas "batalhas" jurídicas, com a institucionalização do direito inglês. Salienta que, após a conquista normanda[6], tem início uma secular luta, envolvendo os tribunais régios, fundamentados a partir dos estatutos reais, expressão do direito de conquista e os tribunais jurisdicionais inferiores, fundamentados a partir do direito comum, baseado nas tradições saxãs. Seguem-se nessa secular luta, os trabalhos de juristas ingleses; as disputas envolvendo o rei e o parlamento (Magna Carta – 1215) e, com bastante intensidade, a participação dos *levellers* e *diggers*, durante as revoluções inglesas do séc XVII. Percebe-se, assim, a manutenção da guerra nos recônditos surdos da paz.

Na França, o autor faz menção a Boulainvilliers, nobre, historiador e político responsável pela constituição de um contínuo histórico-político, possuidor de um projeto *preciso e específico, de tornar a dar à nobreza uma memória que ela perdeu..Tornando-lhe a dar memória e saber, o que Boulainvilliers quer fazer é tornar a dar-lhe força, reconstituir a nobreza como força no interior das forças do campo social...Em conseqüência, o controle, o fato de ter razão na ordem do saber histórico, dizer a verdade da história, é por isso mesmo ocupar uma posição estratégica decisiva (1989, p. 204).*

Na França (sécs. XVII e XVIII), os trabalhos de Boulainvilliers, segundo o autor, constituíram-se em um forma Expressa de luta da nobreza contra um poder que lhe foi retirado pelo Estado. Precisamente, esse poder era a prerrogativa de fazer-se a guerra e, conseqüentemente, de estipularem-se novas formas de ordenamento jurídico, histórico, político e social.

Dessa forma, percebemos que a apropriação como objeto, de fatos marcantes da História, particularmente daqueles relacionados

[6] Batalha de Hastings – 1066

diretamente à guerra em sua forma pura (batalhas, tratados, ordenamentos históricos, políticos e jurídicos) é permitido vislumbrar a continuidade da guerra por outros meios.

## Discussão

Ao focalizar a guerra em sua gênese; as batalhas, seus instantes, etapas e os épicos provenientes desta, há que se optar também pela abordagem de sua continuidade, sem deixar de procurar na guerra (continuada por outros meios) essa constante de lutas binárias que, segundo o autor, norteiam a construção dos mais variados sistemas de poder. Tais lutas binárias, conforme verificado, abrange particularmente aquelas esferas sociais intimamente relacionadas com a ordem do Estado, quer seja a História, o Direito, quer seja a própria política enquanto expressão de um poder que se deseja, no tempo, perpetuar.

O interessante dessa analogia é que o autor encaminha-nos para um léxico dialético sensível. A despeito de qualquer generalização, pode-se perceber que o Estado e suas formas expressas de poder, somente podem subsistir, porquanto essas lutas em seu interior também subsistirem. Os Estados modernos são, assim, organismos pesados, assimétricos, surgidos da guerra (ou seja, de uma dissimetria capital) e, porquanto existirem tais dissemetrias, seja em suas fronteiras ou em suas diplomacias, eles próprios também existirão.

Vale ressaltar que tal proposição encontra-se com a Filosofia da história na medida em que nem a guerra e nem o Estado são eternos, conforme preconizara o idealismo historicista. Ao contrário, são fatos marcantes da História humana em constante processo. Tal abordagem é fundamental não só para a instituição de uma concepção da guerra como matriz de inteligibilidade ou de ordem, mas também por integrar a própria evolução da História enquanto disciplina científica.

O ordenamento de seu discurso é antes de tudo histórico, haja vista a preocupação com a citação, descrição e contextualização extremamente erudicizada dos fatos, responsáveis pela fundamentação de suas teses. Em um segundo momento, sua abordagem torna-se política, sendo esta última, a matriz onde o poder se institucionaliza. Também é na política entendida como exercício do poder e, mais

especificamente, na estrutura orgânica do Estado que o autor extrai todo um feixe de lutas que se travam em seu interior. Parece que sua intenção primeira é resgatar essas lutas, destrinchá-las e relacioná-las com os interesses com os quais são representados.

Dessa prática, depreendemos que a História é fundamental para a compreensão dos processos, uma vez que estes não se constituem em dados puros e acabados. Seu alcance e complexidade transcendem a mera reprodução dos fatos.

Inserindo essa premissa no sentido foucaultiano e, ao mesmo tempo, transferindo-a para a prática da História Militar, salientaríamos, p. ex que: ao depararmo-nos com a crônica de uma determinada batalha, teríamos em primeiro lugar o trabalho de descrevê-la em sua fidedignidade, constituindo-se essa etapa em erudição. Em um segundo momento, invariavelmente, nos veríamos diante da repercussão e das transformações que a resultante daquela batalha tivera no contínuo histórico posterior.

Entretanto, observando a narrativa proposta, perceberíamos que nosso trabalho não estaria acabado, pois, a ordem política posterior à guerra continuaria a compreender as lutas existentes pré-existentes à ordem de batalha. Evidentemente, nessas relações binárias que se seguem à guerra, os embates continuariam a ser praticados nos campos do Direito e das demais esferas circunscritas ao exercício do poder.

Outro aspecto fundamental é que o autor, ao fazer referência ao discurso histórico-politico, remete a prática histórica à emergência do Estado Nacional Moderno. Nesse sentido, qualquer abordagem isolada, isto é, de um fato menor, permaneceria vinculada a uma análise macro**;** a uma intricada relação que, de uma forma ou de outra, seria responsável pela determinação dos processos históricos. Evidentemente, qualquer trabalho baseado nesses moldes, deveria ser precedido de um conhecimento criterioso da História, empreendendo, de imediato, uma crítica aos saberes diletantes e aos *saberes sujeitados*[7]. Nessa ótica, qualquer forma de saber teria um conseqüente histórico-político de valor na medida em que expressasse ou trouxesse à tona, as lutas e

[7] Saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (1989, p. 12)

historicidades afeitas aos sujeitos envolvidos na construção de uma determinada ordem de poder.

Sua visão narrativa, na medida em que nos remete a um determinado fato (p. ex: uma determinada batalha), remete-nos também a avaliar a importância desse mesmo fato na elaboração, alteração, ruptura ou emergência de uma ordem de poder diferenciada.

Diferentemente de conclusões, vias de regra precipitadas, a abordagem foucaultiana da guerra não remete, necessariamente à desconstrução. Tomada em seu sentido *latu*, a desconstrução refere-se à desarticulação do discurso histórico-político, afeito às tradições mencionadas anteriormente. Não se trata, portanto, de fragmentação ou pulverização do discurso e da prática histórica, mesmo porque, a seleção de qualquer objeto correlato à guerra (assim como a seus desdobramentos em tempos de paz) liga-se ao contínuo histórico no qual encontra seu sentido preciso.

## CONCLUSÃO

Na origem do Estado encontra-se a guerra e, tal proposição parece ser o único ponto de contato entre o autor e o léxico de Hobbes, Clausewitz e o Historicismo. Segundo esses últimos, a guerra silencia-se nas etapas subjacentes à consolidação das nacionalidades; desse fato provém o seu descrédito no discurso histórico-político e a perda de sua condição de narrativa capital. Segundo Foucault, esse é o ponto central do pensamento de Hobbes. Nesse mesmo curso, o historicismo qualifica a guerra como experiência, isto é, como uma espécie de *benesse* histórica, a partir da qual não se devem cometer os erros do passado a fim de se repassar às gerações futuras uma vida melhor.

A História encontra a guerra, mas, essa essa guerra, a História jamais pode dominá-la inteiramente; a História jamais pode contorná-la ou encontrar suas leis fundamentais, nem impor seus limites, pura e simplesmente porque a própria guerra sustenta o saber histórico, trespassa-o e determina-o. É, precisamente, nesses termos que o autor encerra a determinação da guerra na constituição do saber historicista e sobre o discurso histórico-político que lhe originou.

A narrativa foucaultiana da guerra é, dessa forma, totalizadora,

opondo-se radicalmente aos discursos que permearam o saber histórico-político dos tempos modernos. É, evidentemente, uma tentativa de opor-se a formas de saberes dominantes[8]. Nesse sentido, o historicismo e os demais léxicos mencionados constituem-se em formas dominantes de saber.

Além de inverter radicalmente a concepção da guerra (visando à restituição de sua sujeitividade), o autor formula suas proposições, observando um recorte filosófico que marca toda a sua obra. A guerra é, assim, inserida nos limites de um discurso em que figura um imperativo genérico: o poder propriamente dito. Poder, segundo Foucault (1989), em essência, é o que reprime; é, pois, uma relação assimétrica permanente que marca o próprio curso da História.

É, precisamente a partir dessa noção de poder como relação assimétrica que o autor vislumbra a continuidade da guerra por outros meios. Tomando a História dos Estados Nacionais Modernos como um processo global, fundamenta suas teses em fatos específicos que comprovam a existência continuada de conflitos existentes antes mesmo da emissão da ordem de batalha.

Seu interesse intenso pela compreensão da História, sua erudição incontestável e o estabelecimento permanente de um diálogo com o Direito e com a Política, nos possibilita situar a guerra como matriz dos processos históricos. Sobre ela repousa uma *episteme* capaz de resitituir-lhe a importância que o saber histórico-político lhe retirou.

No tocante à História Militar, a principal contribuição reside na distinção da guerra como eixo histórico de peso. Desse modo, essa modalidade de narrativa transcende as práticas historicistas, as crônicas, descrições e os épicos heróicos, identificados exclusivamente com as tradições histórico-políticas vinculadas à construção das nacionalidades.

Nesse sentido, a compreensão do alcance histórico da guerra, somada ao domínio de uma hermenêutica que lhe subjaz, contribuiria para que os estudos de História Militar fossem dotados de cientificidade

---

[8] Hobbesianas, historicista e clausewitzianas.

e ao mesmo tempo, da longevidade histórica objetiva, implícita nos mesmos.

Sua principal contribuição não é metodológica mas, antes, *epistêmica*, haja vista as profundas implicações que a guerra tivera no delineamento da política, da História e do Direito moderno. Muito embora essas tradições tenham-lhe negado essa notoriedade, relegando-lhe à condição de saber sujeitado, a cientificidade de Michel Foucault foi veementemente orientada no sentido de restituir-lhe essa condição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ANDERSON, Perry**. Classes e Estados: Problemas de Periodização. In: Espanha, Antônio Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.**

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DERRIDA Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FELIX, Loiva Otero. **A História Política Hoje: novas abordagens**. In: Revista Catarinense de História N. 5. Departamento de História. UFSC, 1998. p. 49/65.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ **Microfísica do poder**. Graal, 2004.

KURZ, Robert. **A Expropriação do Tempo**. São Paulo: Folha, Jan., 1999.

LE GOFF Jacques**. História e Memória.** Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1996.

REMOND, René. (org) **Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV., 1999.**

VATTIMO, Gianni.**O Fim da Modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VEYNE, Paul. **História Conceitual.** In: Jacques Le Goff (org.). História – Novas Abordagens. São Paulo: Francisco Alves.